BANCO SEMEAR S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2025

BANCO SEMEAR S.A.

Demonstrações contábeis
Em 30 de junho de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Semear S.A. (“Banco”), em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear, banco múltiplo, de capital fechado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica, atuando com operações de crédito e serviços financeiros.

No segmento de pessoa física, Negócio Varejo, o Banco atua diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal (EP), por meio de redes varejistas regionais, e com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, o Banco atua majoritariamente com empresas de médio e pequeno porte em financiamentos de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas. O Banco oferece, também, o Negócio Câmbio atuando junto a empresas importadoras e exportadoras de pequeno e médio porte (que possuam direito e obrigações no exterior – derivadas de serviço ou do comércio de produtos) com operações de Câmbio Pronto.

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por grandes desafios, com a necessidade de adaptação frente à deterioração do crédito para o nosso perfil de cliente. Diante desse cenário, tivemos que revisar a nossa modelagem de crédito e estratégia de concessão, priorizando a recuperação de ativos e a busca por um perfil mais qualificado para uso do crédito. Paralelamente, buscamos a ampliação de novos negócios para diversificação do portfólio de clientes, buscando gerar receitas que não estejam diretamente ligadas ao crédito. Nesse contexto, também expandimos a carteira do Negócio Empresa, aproveitando a crescente demanda do segmento atendido.

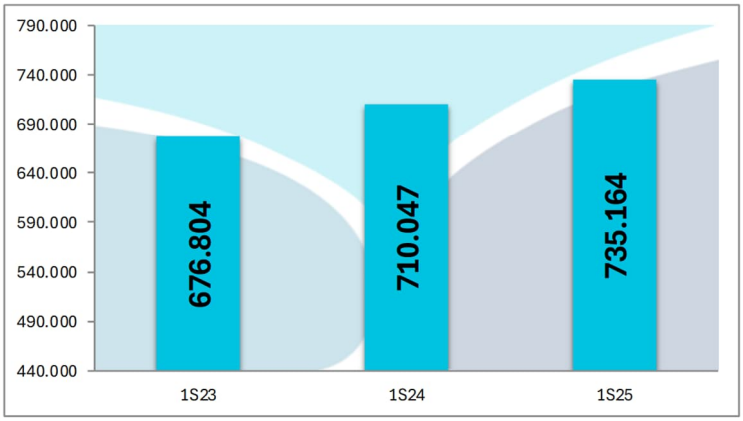
Desempenho Operacional

Carteira de crédito:

A carteira de crédito está dividida nos negócios: Varejo, Middle, Consignado e Imobiliário. Sendo que a carteira de crédito Varejo representa 16,8%, Middle 78,4%, Imobiliário 2,5% e Consignado 2,3%.

Carteira de Crédito

	1S23	1S24	1S25
Carteira de Crédito Total	676.804	710.047	735.164

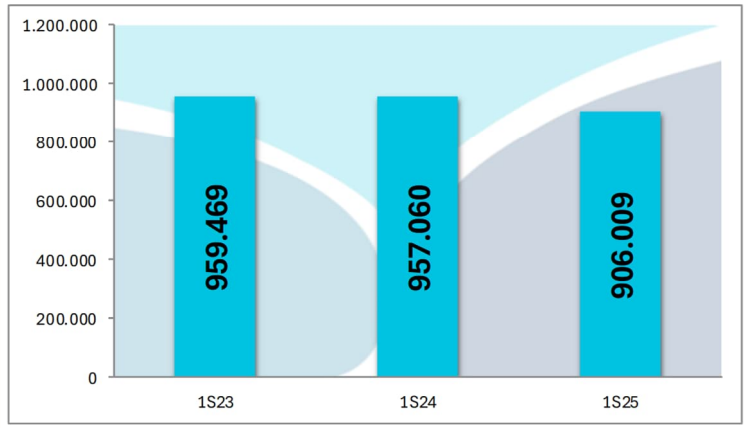


Captações

Nas captações, o Banco teve uma pequena redução em relação ao ano anterior. A carteira de captação totalizou R$ 906 milhões, pulverizadas entre correntistas e distribuidores, emitidos com prazo de liquidez alongados, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação.

Carteira de Captação

	1S23	1S24	1S25
Carteira de Captação Total	959.469	957.060	906.009



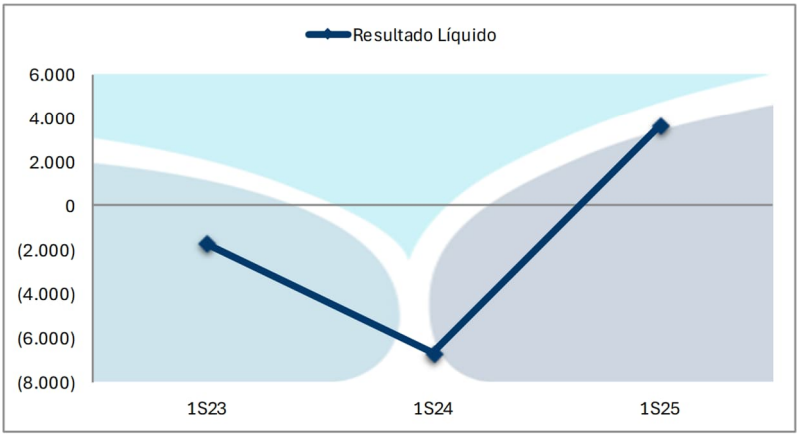
Desempenho Econômico-Financeiro

Resultado Líquido

O Banco Semear fechou o primeiro semestre do ano de 2025 apresentando um resultado contábil negativo no montante de R$ 3,6 milhões.

Resultado Líquido

	1S23	1S24	1S25
Resultado Líquido	(1.718)	(6.685)	3.632

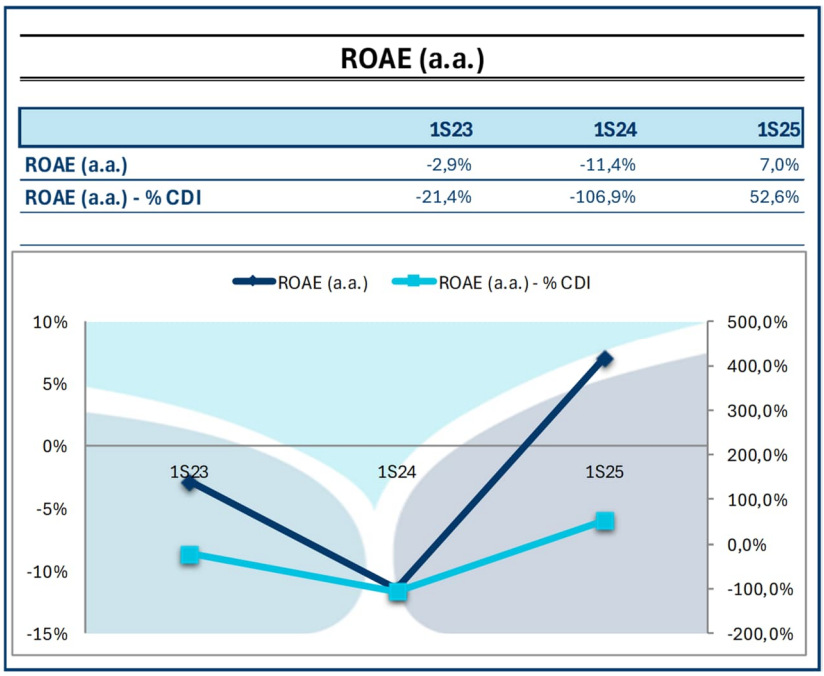


Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) foi de 7,0% a.a. negativo.

ROAE (a.a.)

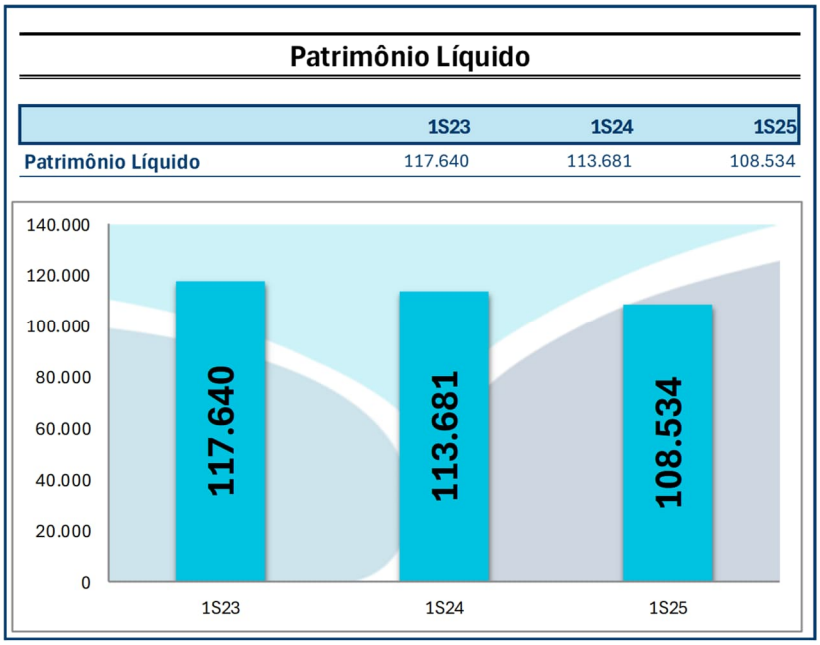
	1S23	1S24	1S25
ROAE (a.a.)	-2,9%	-11,4%	7,0%
ROAE (a.a.) - % CDI	-21,4%	-106,9%	52,6%



Desempenho Patrimonial

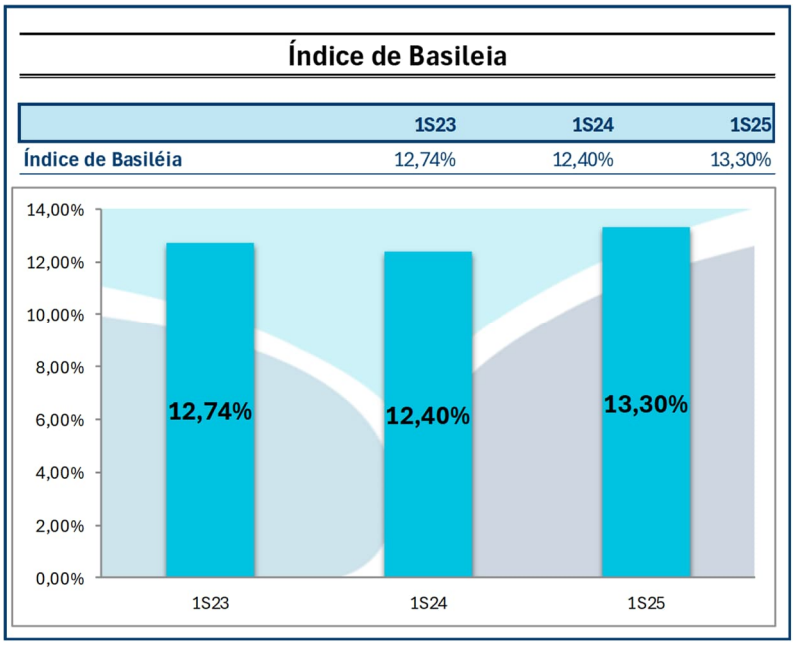
Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido encerrou o primeiro semestre de 2025 em R$ 108,5 milhões, contra um montante de R$113,7 milhões no mesmo semestre do ano anterior.



Índice da Basileia

O índice de Basileia apurado no final do primeiro semestre de 2025 foi de 13,3%, mantendo-se a estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos exercícios.



Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle que assegura a adequação do capital em relação aos limites operacionais vigentes e aos riscos aos quais a instituição está exposta, levando em consideração as metas de crescimento e os planos de ação necessários para viabilizar o cumprimento do planejamento estratégico. Essa gestão é conduzida de forma independente das unidades de negócios, com políticas de risco aprovadas pelo Conselho de Administração e diretrizes executadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Agradecimentos

Apesar do cenário de mercado caracterizado por alta inadimplência e incerteza econômica, o Banco obteve resultados econômicos significativos, incluindo a redução das despesas com PCLD. Essa gestão reflete um compromisso contínuo com a busca de novas soluções em benefício de nossos clientes, na mitigação de riscos e na diversificação de nossas atividades comerciais. Assim, enxergamos uma perspectiva promissora para os próximos anos.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

A Administração.

Tel.: +55 31 3262 4044
Fax: + 55 31 3261 7273
www.bdo.com.br

Rua Paraíba, n° 1.000 - 7º andar,
Funcionários - Belo Horizonte, MG
Brasil 30130-141

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores do
Banco Semear S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Semear S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Semear S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Cifras comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de setembro de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485/F-0

Bruno Luiz Barbosa Gomes
Contador CRC 1 MG 091268/O-6

BANCO SEMEAR S.A.

Balanço patrimonial
Em 30 de junho 2025
(Em milhares de Reais)

Ativo

	Notas explicativas	30/06/2025
Circulante		688.145
Disponibilidades	4	88.350
Instrumentos financeiros		598.136
Títulos e valores mobiliários	5	125.492
Instrumentos financeiros derivativos		356
Relações interfinanceiras	6	1.635
Pagamento e recebimentos a liquidar		509
Depósitos no Banco Central		1.115
Correspondentes		11
Carteiras de crédito	7	460.291
Operação de crédito		459.547
Outros créditos com característica de concessão de créditos		49.184
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(48.440)
Outros ativos financeiros	8	10.362
Diversos		10.635
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(273)
Outros ativos	10	1.659
Outros valores e bens		1.189
Despesas antecipadas		470
Não circulante		388.340
Instrumentos financeiros		228.801
Carteiras de crédito	7	203.837
Operação de crédito		179.351
Outros créditos com característica de concessão de créditos		46.143
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(21.657)
Outros ativos financeiros	8	24.964
Diversos		27.923
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(2.959)
Ativo fiscal diferido	9	101.696
Investimentos	11	1.818
Imobilizado de uso	12	335
Outras imobilizações de uso		2.527
(-) Depreciação acumulada		(2.192)
Intangível	13	133
Ativos intangíveis		3.165
(-) Amortização acumulada		(3.032)
Outros ativos	10	55.557
Outros valores e bens		56.360
(-) Provisão para desvalorizações		(803)
Total do ativo		1.076.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SEMEAR S.A.

Balanço patrimonial
Em 30 de junho 2025
(Em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas explicativas	30/06/2025
Circulante		493.200
Passivos financeiros		493.200
Depósitos	14	460.615
Depósitos à vista		32.174
Depósitos a prazo		428.441
Captações no mercado aberto		110
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	5.798
Relações interfinanceiras		26
Outros passivos financeiros	17	26.651
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		574
Obrigações Sociais e Estatutárias		51
Fiscais e previdenciárias		1.040
Carteira de Câmbio		692
Diversas		24.294
Não circulante		474.864
Passivos financeiros		447.394
Depósitos	14	434.998
Depósitos a prazo		434.998
Recursos de aceite e emissão de títulos	15	526
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	16	4.073
Outros passivos financeiros	17	7.797
Fiscais e previdenciárias		342
Diversas		7.455
Provisões	18	27.470
Patrimônio líquido	19	108.421
Capital social		113.068
De domiciliados no país		113.068
Reserva legal		4.040
Reserva de retenção de lucros		648
Efeito da Resolução CMN.4966		(9.335)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.076.485

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SEMEAR S.A.

Demonstrações do resultado
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	30/06/2025
Receitas de intermediação financeira		116.577
Operações de crédito	7g	91.997
Outros créditos com característica de concessão de créditos	7g	7.031
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez	4a	9.926
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5c	7.453
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	5c	170
Despesas de intermediação financeira		(68.119)
Operações de captação no mercado	15	(68.119)
Resultado bruto da intermediação financeira		48.458
Resultado de provisões para perdas		(10.638)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7c	(10.638)
Outras receitas (despesas) operacionais		(32.967)
Receitas de prestação de serviços	20	568
Rendas de tarifas bancárias	20	1.085
Despesas de pessoal	21	(7.495)
Outras despesas administrativas	22	(24.348)
Despesas tributárias	23	(3.756)
Resultado de participações em coligadas		89
Outras receitas operacionais	24	2.995
Outras despesas operacionais	25	(2.105)
Resultado operacional		4.853
Resultado não operacional		1.700
Outras receitas		1.700
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações	26	6.553
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(2.921)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	9	(2.921)
Resultado dos semestre		3.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SEMEAR S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	30/06/2025
Resultado do semestre	3.632
Outros resultados abrangentes do semestre	-
Total do resultado abrangente do semestre	3.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SEMEAR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

		Reservas de Lucro				
	Capital social Subscrito	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucro	Ajustes Avaliação Patrimonial	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	113.068	3.858	156	-	-	117.082
Efeitos da adoção inicial da Resolução nº 4.966	-	-	-	(12.416)		(12.416)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	113.068	3.858	156	(12.416)	-	104.666
Ajuste avaliação patrimonial (diferido sobre perdas de crédito esperadas)	-	-	-	2.958	(2.958)	-
Ajuste avaliação patrimonial (Diferido sobre outras perdas ativas e passivas)	-	-	-	140	-	140
Ajuste de Instrumentos financeiro	-	-	-	(17)	-	(17)
Resultado do semestre	-	-	-	-	3.632	3.632
Destinação do lucro do semestre:						
Constituição de reserva legal	-	182	-	-	(182)	-
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	492	-	(492)	-
Saldos em junho de 2025	113.068	4.040	648	(9.335)		108.421
Mutações do período	-	182	492	(9.335)		(8.661)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO SEMEAR S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)
Semestre findo em 30 de junho de 2025
(Em milhares de Reais)

	30/06/2025
Fluxo de caixa proveniente das operações	
Resultados dos períodos	3.632
Ajustes dos resultados dos períodos com recursos provenientes de atividades operacionais:	
Ajuste em investimento de coligada e controlada	2
Depreciação	111
Amortização	44
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (operações de crédito)	10.112
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (com característica de concessão)	526
Impostos e contribuições s/ ativos diferidos	2.837
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (outros valores e bens)	(1.742)
Provisão para impostos e contribuições diferidos	84
Provisão para pagamentos a efetuar	(234)
Provisão para passivos contingentes	42
	11.782
Resultados dos períodos ajustados	15.414
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
(Aumento) redução nos ativos:	
Títulos e valores mobiliários	(19.118)
Operações de crédito	11.413
Outros créditos com característica de concessão de créditos	(14.064)
Outros ativos financeiros	2.025
Outros ativos	7.878
Instrumentos financeiros derivativos	(356)
Crédito tributário	(10.111)
Relações interfinanceiras e interdependências	1.931
	(20.402)
Aumento (redução) nos passivos:	
Depósitos	(119.768)
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.561
Captações no mercado aberto	(676)
Inst.de dívida elegível a capital	3
Relações interfinanceiras	25
Instrumentos financeiros derivativos	(130)
Passivos contingentes	649
Outras obrigações	(69.136)
	(187.472)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades operacionais	(192.460)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Ajuste Resolução 4966	(12.294)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento	(12.294)
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(204.754)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos	293.104
Caixa e equivalentes de caixa no fim dos períodos	88.350
(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(204.754)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Banco Semear S.A. ("Banco" ou "Instituição") é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado Avenida Afonso Pena, 3577 - Serra, Belo Horizonte - MG, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e pessoa jurídica, com os seguintes produtos:

- Pessoa Física: operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, por meio de redes varejistas regionais de eletromóveis e insumos agropecuários;
- Pessoa Jurídica: operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação de recebíveis;
- Serviços: Investimentos, intermediação de seguros e câmbio.

Com base no planejamento da instituição, o Banco espera um crescimento nas operações de créditos mais rentáveis nos próximos períodos, alinhado às expectativas do cenário macroeconômico de melhoria do crédito, redução da taxa de juros e diminuição da inadimplência, o que afetará positivamente nossos clientes.

Desde 2023 o Banco vem reforçando e aumentando os negócios com empresas, aproveitando as oportunidades já implementadas. Essas operações são de baixo risco, com garantias reais, respaldadas pelo histórico do banco. Essa estratégia resulta em um desempenho mais equilibrado e na redução da concentração no setor de varejo, o qual tem enfrentado aumento da inadimplência.

Além disso, com o objetivo de aumentar a geração de receitas sem risco de crédito, o Banco implementou o Banking as a Service (BaaS), oferecendo soluções como pagamentos, bancarização e outros serviços financeiros. Essa iniciativa faz parte de uma estratégia mais ampla de diversificação do portfólio de produtos, permitindo ao Banco atender melhor às necessidades dos clientes e expandir sua atuação no mercado.

Simultaneamente, o Banco tem se dedicado a revisar seus custos e adaptar sua estrutura à conjuntura atual.

Diante dessas iniciativas, antevemos resultados positivos e sustentáveis para os próximos períodos.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil (Bacen), contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Bacen.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são:

- Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução nº 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação do erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
- Resolução nº 4.534/2016 - Ativo Intangível – (CPC 04 (R1);
- Resolução nº 4.535/2016 - Ativo Imobilizado – (CPC 27);
- Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 - R2);
- Resolução nº 3.959/2019 - Resultado por Ação – (CPC 41) aplicável as instituições financeiras enquadradas nos segmentos 1 (S1), no segmento 2 (S2) ou no segmento 3 (S3);
- Resolução nº 4.748/2019 - Mensuração do Valor Justo – (CPC 46);
- Resolução nº 4.877/2020 - Benefícios a Empregados – (CPC 33 R1);

- Resolução nº 120/2021 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa de Retificação de Erro – (CPC 23);
- Resolução CMN nº 4.967/2021 - Propriedade para Investimento – (CPC 28);
- Resolução CMN 4.966 de 25/22/221 e Resolução BCB 352 de 23/11/2023 – (Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros);
- Instruções Normativas BCB nº 493 a 500 e 537 a 543/2025 - Ajustam rubricas contábeis do Cosif para padronizar e aprimorar a estrutura contábil das instituições reguladas pelo Banco Central. Referentes ao Cosif 1.5, aplicável a partir de 2025.

Em 04 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma está em vigência desde 1º de janeiro de 2023. A Administração não observou impactos relevantes na implementação desta Instrução Normativa.

Cifras comparativas e alteração do prazo para divulgação das demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025

A administração informa que, em razão do artigo 79 Resolução CMN nº 4.966/21 não serão apresentadas as cifras comparativas referentes a 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2024. Essa decisão decorre dos impactos de comparabilidade gerados pelas alterações nos critérios contábeis introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, que demandam ajustes significativos nos sistemas e processos das instituições financeiras, comprometendo a consistência dos dados comparativos para os períodos mencionados.

Com relação ao prazo para divulgação das demonstrações financeiras semestrais, a Resolução BCB nº 487/25, publicada em julho de 2025, amplia excepcionalmente o prazo para até 90 dias após 30 de junho de 2025, ou seja, até 30 de setembro de 2025, em substituição ao prazo anterior de 60 dias previsto no artigo 44 da Resolução BCB nº 2/20. Essa prorrogação considera as significativas alterações nos sistemas e processos internos exigidas pela Resolução CMN nº 4.966/21, bem como as exigências adicionais introduzidas pela Resolução BCB nº 352/23, que impactam a elaboração das demonstrações financeiras.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no semestre em 30 de junho de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 7 - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito;
- Nota Explicativa nº 9 - Reconhecimento de ativo fiscal diferido diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota Explicativa nº 12 – A vida útil dos ativos tangíveis são reconhecidas: Equipamentos de processamento de dados em 5 anos, equipamentos de comunicação e de segurança 6 anos, veículos e mobiliários 10 anos;
- Nota Explicativa nº 13 – A vida útil dos ativos intangíveis são reconhecidas da seguinte forma: Sistemas de processamento de dados adquiridos 10 anos, sistema de processamento de dados gerados internamente 5 anos;
- Nota Explicativa nº 18 - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de setembro de 2025.

3. Principais critérios contábeis adotados

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que origine um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra.

Os instrumentos financeiros do Banco Semear são mensurados conforme os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e pela Resolução BCB nº 352/2023. A classificação é realizada nas categorias: (i) custo amortizado (CA), (ii) valor justo por meio do resultado (VJR) e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme o modelo de negócio adotado para a gestão dos ativos financeiros e a análise dos fluxos de caixa contratuais, por meio do teste SPPI (pagamentos exclusivamente de principal e juros).

Modelos de negócio e classificação dos ativos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros depende: (i) do modelo de negócio para sua gestão: manter para obter fluxos contratuais, obter fluxos e vender, ou outros; (ii) dos termos contratuais que preveem apenas pagamentos de principal e juros (teste SPPI).

- Categorias contábeis aplicadas: x Custo Amortizado (CA): ativos financeiros cujo modelo de negócio visa a manutenção para obtenção de fluxos de caixa contratuais, representados exclusivamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor principal no prazo contratual (Teste de SPPI). São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva (TJE), ajustado por eventuais perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos financeiros mantidos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e para venda, e que atendem ao teste de SPPI. As variações no valor justo são registradas em outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários, sendo reclassificadas para o resultado quando realizadas;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): ativos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriores ou que foram designados como tal no reconhecimento inicial. As variações no valor justo são reconhecidas diretamente na Demonstração do Resultado.

d. Operações de crédito, provisão para perdas com operações de crédito

A partir de janeiro de 2025, entraram em vigor a Resolução BCB nº 4.966 e a Resolução BCB nº 352, que trouxeram mudanças significativas na metodologia de cálculo das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, revogando os critérios anteriormente definidos pela Resolução CMN nº 2.682.

Em alinhamento com o novo arcabouço regulatório, o Banco adotou o modelo simplificado de apuração de provisões, conforme previsto nas referidas normas. Esse modelo incorpora uma abordagem mais ampla e sensível ao risco, baseada na classificação das operações de crédito em categorias (C1 a C5), levando em consideração o tipo e a qualidade das garantias associadas às operações.

Carteira 1 (C1):

- Crédito Garantido

Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis.

- Garantia Fidejussória

Créditos com garantia fidejussória da União, governos centrais de jurisdições estrangeiras e bancos centrais ou organismos multilaterais.

Carteira 2 (C2):

- Garantia Imobiliárias

Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;

- Outras Garantias

Créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança. Créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil. Créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade não relacionada.

Carteira 3 (C3):

- Crédito de Desconto

Créditos de operações de desconto de direitos creditórios.

- Garantias de Direitos

Créditos garantidos por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios.

- Cobertura de Seguro

Créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas carteiras C1 e C2.

Carteira 4 (C4):

- Adiantamentos sobre contratos de câmbio;
- Adiantamentos sobre cambiais entregues.

- Debêntures

Títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais Operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos

Carteira 5 (C5):

- Crédito Pessoal

Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelo C4 e crédito rotativo sem garantias ou colaterais.

- Crédito Sem Garantias

Créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelo C4.

- Operações Mercantis

Créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidas pelas carteiras C1 a C4.

A implementação dessa nova metodologia tem como objetivo aprimorar a mensuração do risco de crédito, assegurando maior aderência às práticas prudenciais internacionais e fortalecendo a consistência e a transparência das demonstrações financeiras.

Incorporação da Taxa de juros efetivas

Com a incorporação da taxa de juros efetivas, os instrumentos financeiros inicialmente reconhecidos nas categorias Custo Amortizado ou Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA) passarão a ter seu valor ajustado com base nos custos de transação atribuíveis individualmente à operação e nos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento, de acordo com os artigos 12, 13 e 15 da resolução CMN nº 4966/21.

Ativo Problemático e *Stop Accrual*

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, um ativo é classificado como problemático quando apresenta problemas de recuperação de crédito, caracterizados por:

i. Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos financeiros; ou
ii. Indícios de que a obrigação não será integralmente cumprida nas condições originalmente pactuadas, sem a necessidade de recorrer a garantias ou colaterais.

Essa classificação visa identificar operações de crédito com elevado risco de inadimplemento, permitindo que a instituição adote medidas de gestão de risco mais adequada. Além disso, a resolução está alinhada com as práticas de provisionamento e gestão de carteiras de crédito, exigindo que a instituição aplique o conceito de stop accrual (suspensão de reconhecimento de receitas) para ativos problemáticos. Isso implica que, a partir do momento em que o ativo é classificado como problemático, os juros e outros encargos deixam de ser registrados como receita no resultado da instituição, sendo reconhecidos apenas quando efetivamente recebidos.

Baixa e write-off

A baixa de ativos financeiros é realizada quando há extinção dos direitos de recebimento ou transferência substancial dos riscos e benefícios associados, nos termos das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023. O write-off é realizado quando não há uma expectativa razoável de recuperação do ativo. Nesse momento, o ativo é baixado e, simultaneamente, a provisão para perdas esperadas relacionada é revertida.

Renegociação e reestruturação

Renegociação: alteração de termos e condições contratuais sem concessões significativas;

Reestruturação: renegociação com concessões relevantes ao cliente em decorrência da deterioração de crédito. Até dezembro de 2026, conforme facultado pela Resolução CMN nº 5.146/24, o Banco poderá utilizar a nova taxa pactuada (e não a taxa efetiva original) para cálculo do valor presente dos fluxos renegociados.

e. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar.

f. Outros valores e bens

Composto, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondem a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamentos e registrados pelo valor contábil dos contratos de empréstimo ou recebíveis de crédito imobiliários (veja Nota Explicativa nº 10).

Os ativos não financeiros mantidos para venda que foram recebidos em dação de pagamento devem ser avaliados pelo menor valor entre:

a) O valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução; e
b) O valor justo do bem, avaliado conforme o disposto na regulamentação específica, líquido de despesas de vendas.

Os recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, são registrados no resultado de acordo com o princípio da competência.

g. Investimentos

As aquisições de participações em coligadas, controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo custo de aquisição, desdobrado em:

a) Valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos da investida na data-base da operação, calculado com base na proporção da participação adquirida no capital da investida sobre o valor do patrimônio líquido da investida ajustado naquela data; e
b) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), se houver.

Os investimentos em empresas coligadas, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Outros investimentos pela marcação a mercados.

h. Imobilizado

É demonstrado pelo custo, deduzida a depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação - 10%; e sistema de processamento de dados - 20%.

Conforme Resolução CMN nº 4.535/2016, o saldo do imobilizado está apresentado a valores recuperáveis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

i. Intangível

Correspondente aos direitos adquiridos cujo objeto se refere a bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN n°4.534/2016. Está composto por direitos na aquisição de *softwares*, reconhecido pelo seu custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear, observando a taxa anual de 20%.

j. Passivos financeiros

Os passivos financeiros do Banco Semear são, em sua maioria, mensurados ao custo amortizado, conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021. No entanto, determinados instrumentos são obrigatoriamente mensurados ao valor justo por meio do resultado, nos termos do artigo 9º da referida norma, incluindo:

- Derivativos classificados como passivos;
- Derivativos classificados como passivos; x Contratos híbridos com derivativos embutidos que não sejam segregados do instrumento principal;
- Passivos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham sido designados para mensuração ao valor justo por meio do resultado.

k. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009 e de acordo com os critérios definidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Ativos contingentes

Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes

Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, funcionários, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos.

Essas contingências são apuradas das seguintes formas:

- Processos específicos: são processos que possuem matéria e/ou valor relevante, conforme avaliação de assessores jurídicos, sendo classificados como: (a) prováveis, para os quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgados sem que sejam provisionados; e (c) remotos, que não requerem provisão nem divulgação. A apuração das classificações (prováveis, possíveis e remotas) é feita com base nas provas produzidas nos autos, subsídios fáticos levantados, jurisprudências e histórico de decisões em demandas semelhantes e decisões proferidas na própria demanda judicial;
- Processos massificados: assim entendidos os processos volumosos, que possuem objeto e causa semelhantes e usuais, em geral, processos que envolvem relação de consumo com matéria mais simples e valores menores. A contingência é apurada com base no modelo estatístico, ou seja, apura-se o comportamento da carteira de processos nos últimos 12 (doze) meses, calculando-se o *ticket* médio, refletido o resultado na carteira atual. Consideramos como base de cálculo as ações julgadas e o valor histórico das condenações. Assim, projetamos o *ticket* médio e os resultados obtidos são refletidos na carteira atual para então obter-se o valor do contingenciamento, presumindo-se uma estimativa confiável;

- Processos trabalhistas: são processos ajuizados contra o Banco por ex-funcionários do próprio Banco, bem como por ex-funcionários de empresas terceiras prestadoras de serviços. São considerados, para fins de contingenciamento, apenas os processos com risco provável, sendo desconsiderados os processos com risco possível ou remoto. Assim que recebidos, os processos são registrados com o risco, provável sendo certo que, à medida que vão sendo proferidas as decisões, o risco é alterado para remoto, caso as decisões sejam favoráveis, ou provável, caso as decisões sejam desfavoráveis. Proferidas as decisões, a assessoria contábil faz a liquidação dos valores para devido provisionamento, nos casos de risco provável;
- Obrigações legais: a provisão para riscos fiscais decorre de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (veja Nota Explicativa nº 18).

I. Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente e diferido

A provisão para imposto de renda, bem como os ativo fiscal diferido decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais utilizados, foram apurados à alíquota básica de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% previsto em lei.

Da mesma forma, a provisão para a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), juntamente com os ativo fiscal diferido oriundos de diferenças temporárias e de base de cálculo negativa utilizados, foi calculada à alíquota de 20%, aplicável às instituições financeiras e às pessoas jurídicas de seguros privados, incidente sobre o lucro após os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os ativo fiscal diferido de imposto de renda e de contribuição social decorrentes de diferenças temporárias são revistos em cada data de balanço, sendo constituídos com base nos ajustes temporários da base de cálculo e na legislação vigente na data de sua constituição. A realização desses créditos ocorrerá por ocasião da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos.

Em razão das alterações introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966, destaca-se que a Lei nº 14.467/2022, em seu artigo 6º, estabeleceu regra de transição para a realização de ativo fiscal diferido considerados como perdas efetivas (vencidos há mais de 90 dias em 1º de janeiro de 2025). Tais créditos poderão ser utilizados à razão de 1/84 avos ou 1/120 avos, conforme opção irretratável a ser formalizada até 31 de dezembro de 2025. Os demais créditos oriundos de valores não realizados deverão observar o disposto no artigo 2º da Lei nº 14.467/2022, ou seja, sua utilização será permitida a partir do terceiro mês de inadimplência.

m. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos incorridos, em base *pro rata die*, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias de títulos para negociação e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e ativo fiscal diferido, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor

recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

o. Impactos da Resolução CMN nº 4.966 nas Demonstrações Financeiras de 2024

A Resolução CMN nº 4.966, atualmente em vigor, substituiu o modelo de perdas incorridas da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, adotando uma abordagem prospectiva para a provisão de perdas esperadas. Essa metodologia considera o histórico de inadimplência, condições econômicas e características do ativo, garantindo uma mensuração mais precisa do risco de crédito. Os níveis de provisionamento refletem de forma adequada a expectativa de perdas, aprimorando a avaliação dos riscos de crédito.

Abaixo os impactos refletidos em 02/01/2025 no Balanço do Banco Semear:

Descrição	Capital Social - Subscrito	Reservas de Lucro - Reserva Legal	Reservas de Lucro - Reserva de Lucro Retido	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Patrimonio líquido em 31 de dezembro de 2024 (antes dos efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966)	113.068	3.858	156	-	117.082
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966	-	-	-	(12.416)	(12.416)
Saldos Ajustados em 1º de janeiro de 2025	113.068	3.858	156	(12.416)	104.666

p. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

q. Resultado não recorrente

Resultado relacionado com as atividades atípicas da instituição e não está previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025
Disponibilidades	
Em moeda nacional	89
Em moeda estrangeira	6.469
Subtotal da disponibilidade	6.558
Depósitos voluntários (Nota 6)	81.792
Total	88.350

5. Títulos e valores mobiliários

São representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), conforme quadro abaixo:

a. Composição:

	30/06/2025
Carteira própria - Livres	115.938
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	106.030
Nota Comercial (NC)	2.017
Debêntures	7.891
Vinculados a operações compromissadas	110
Debêntures	110
Vinculados à prestação de garantias	9.444
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	9.444
Total	125.492
Circulante	125.492

b. Classificação por tipo de títulos e vencimentos:

	30/06/2025		
Títulos para negociação (1)	De 1 a 3 anos	Valor mercado / Contábil	Custo de aquisição atualizado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	115.474	115.474	115.437
Nota Comercial (NC)	2.017	2.017	2.017
Debêntures	8.001	8.001	8.001
Total	125.492	125.492	125.455

c. Resultado com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2025
Resultado de títulos de renda fixa	7.453
Total	7.453

d. Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos:

	30/06/2025
Resultado com operações Hedge	926
Resultado com operações de câmbio	(756)
Total	170

Em atendimentos a Resolução CMN nº 4.966/21 as operações de câmbio passaram a ser considerada como instrumentos derivativos.

6. Relações interfinanceiras

	30/06/2025
Pagamento e recebimentos a liquidar	509
Depósitos no Banco Central	1.115
Correspondentes	11
Carteira própria - Livres	1.635

7. Operações de crédito

As operações de crédito são concentradas em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução CMN nº 4966/2021, são classificadas conforme demonstradas a seguir:

a. Classificação da carteira, por tipo de produto:

	30/06/2025	
Produtos	Carteira	% da Carteira
Capital de giro	451.501	61,5%
Títulos Descontados	674	0,1%
Adiantamento a depositantes	816	0,1%
Conta garantida	40.187	5,5%
Crédito pessoal	71.076	9,7%
Cheque especial	395	0,1%
Crédito direto ao consumidor	74.249	10,1%
Total de operações de crédito	638.898	
Circulante	459.547	
Não Circulante	179.351	
Devedores por compra de valores e bens	14.968	2,0%
Aquisição de crédito - recebíveis de financiamento imobiliário	38.329	5,2%
Aquisição de crédito - recebíveis outros	42.030	5,7%
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito.	95.327	
Circulante	49.184	
Não Circulante	46.143	
Total de Operações de Crédito e Outros Créditos	734.225	100,0%
Circulante	508.731	
Não Circulante	225.494	
(-) Provisão para devedores duvidosos	(61.199)	
Circulante	(44.211)	
Não Circulante	(16.988)	
(-) Provisão para perda com outros créditos com característica de concessão de crédito	(8.898)	
Circulante	(4.229)	
Não Circulante	(4.669)	
Total de provisões de créditos e outros créditos	(70.097)	
Circulante	(48.440)	
Não Circulante	(21.657)	
Total líquido das operações de créditos e outros créditos	664.128	
Circulante	460.291	
Não Circulante	203.837	

b. Classificação da carteira por risco de crédito:

		30/06/2025			
Classificação	Status	Saldo	Perda Esperada	Perda Adicional	Perda Incorrida
C1	Normal	139.237	-	2.413	-
C1	Problemático	1.786	171	-	801
C2	Normal	76.014	-	1.340	-
C2	Problemático	4.400	92	-	4.112
C3	Normal	342.899	-	7.420	-
C3	Problemático	24.591	3.950	26	17.808
C4	Normal	683	-	15	-
C5	Normal	111.285	-	4.885	-
C5	Problemático	33.331	3.681	-	23.383
Totais		734.225	7.894	16.099	46.104

c. Carteira por faixa de vencimento:

	30/06/2025	
	Carteira	% da Carteira
Prazos de vencimento	65.052	8,9%
A vencer até 30 dias	107.470	14,6%
A vencer de 31 a 60 dias	103.749	14,1%
A vencer de 61 a 90 dias	46.282	6,3%
A vencer de 91 a 180 dias	85.952	11,7%
A vencer de 181 a 360 dias	100.226	13,7%
A vencer após 360 dias	225.494	30,7%
Totais	734.225	100,0%

d. Concentração da carteira:

	30/06/2025	
	Valor	% sobre a Carteira
10 maiores devedores	141.680	19,1%
20 maiores devedores seguintes	165.239	22,5%
50 maiores devedores seguintes	175.372	23,9%
100 maiores devedores seguintes	94.087	12,8%
Outros	158.925	21,6%
Total	734.225	100,0%

e. Resultado com operações de crédito:

(i) Operações de créditos:

	30/06/2025
Rendas de empréstimos	80.275
Rendas de financiamentos	28.472
Rendas financ. deved. por compra de vrs. e bens	1.135
Recuperação de créditos	4.133
Renda bruta de operações crédito	114.015
(-) Comissões sobre operações de crédito	(22.018)
Total	91.997

(ii) Outros créditos com característica de concessão de crédito:

	30/06/2025
Rendas de aq. crédito - Recebíveis de Financ. Imobiliário	1.866
Rendas de aq. crédito - Recebíveis Outros	3.301
Rendas de aq. crédito - Recebíveis Consignado	1.495
Recuperação de créditos	369
Total	7.031

f. Outras informações de operações de crédito

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas se restringem, basicamente, a garantias fidejussórias.

8. Outros ativos financeiros

O saldo de outros ativos financeiros está composto por:

	30/06/2025
Devedores por depósito em garantia	25.138
Recursos fiscais	23.209
Recursos ações cíveis	894
Recursos trabalhistas	1.035
Impostos e contribuições a compensar	81
IRPJ	25
Impostos e contribuições retidos	56
Devedores diversos – País	12.692
Baixas operações de créditos a processar	2.020
Baixas de confissão de dívidas	967
Pendência - Imóveis com documentação em trânsito	174
Ressarcimentos tarifa cadastro de cliente aos Lojistas	3.167
Vrs a receber operações de câmbio	700
Acordos operacionais	4.967
Outros devedores diversos	697
Provisão para perdas em outros créditos - Sem característica de concessão de crédito	(3.232)
Diversos	647
Total	35.326
Circulante	10.362
Não Circulante	24.964

9. Ativo fiscal diferido

A Administração reconheceu créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, a base temporária é constituída por provisões de crédito de liquidação duvidosa, provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhista sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

A expectativa de realização dos ativo fiscal diferido constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Ativo fiscal diferido elaborado pelo Banco, com assessoria de uma consultoria externa e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisto pela Administração.

	2025	
	IRPJ	CSLL
Provisão para perdas em ativos	43.015	34.412
Provisões passivas	4.332	3.466
Outras diferenças temporárias	1.783	1.426
Crédito tributário efeitos Resolução CMN 4966	4.236	3.389
Total de diferenças temporárias	53.366	42.693
Prejuízo fiscal e base negativa	2.218	3.418
Total	55.584	46.111
Total do Crédito tributário	101.695	

Movimentação do crédito tributário:	IRPJ	CSLL
Saldo inicial	51.544	42.878
Constituição de diferenças temporárias	1.692	1.354
Realização de diferenças temporárias	(116)	(93)
Variação líquida na movimentação das diferenças temporárias - lançada co resultado	1.576	1.261
Variação da Resolução 4966 lançada PL	2.464	1.972
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Variação líquida na movimentação do Prejuízo Fiscal e Base negativa de CSSL	-	-
Saldo Final	55.584	46.111
Subtotal da variação do crédito tributário:	2.837	
Total da variação do crédito tributário:	7.273	

Além da movimentação do crédito tributário, apresentamos a movimentação do passivo diferido:

Passivo fiscal diferido:

	2025	
	IRPJ	CSLL
Base impostos e contribuições diferidas	761	761
Imposto de renda e contribuições diferidas	190	152
Total da variação do passivo diferido:	(84)	
Resultado de Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido	(2.921)	

Abaixo, demonstramos a expectativa de realização do crédito tributário para os próximos anos:

	30/06/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Realização do crédito tributário		
1º Ano	1.031	825
2º Ano	6.697	2.532
3º Ano	5.844	2.708
4º Ano	6.063	3.059
5º Ano	6.063	3.059
Acima de 5 anos	29.886	33.928
Totais	55.584	46.111

O valor presente dos ativo fiscal diferido foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDIs) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 1,50% a.m., demonstrado no quadro abaixo:

	30/06/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social
Realização do crédito tributário		
1º Ano	897	717
2º Ano	5.124	1.937
3º Ano	4.009	1.858
4º Ano	4.332	2.186
5º Ano	3.426	1.729
Acima de 5 anos	15.354	17.430
Totais	33.142	25.857

10. Outros ativos

O saldo de outros ativos encontra-se representado por:

	30/06/2025
Outros valores e bens	56.746
Ativos não financeiros mantidos para venda-recebido	56.746
Outros imóveis (a)	57.549
Prov. para desvalorização de ativos não financeiros	(803)
Despesas antecipadas	470
Serviços de terceiros	206
Comissões pela captação de títulos	264
Total	57.216
Circulante	1.659
Não circulante	55.557

(a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos a carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustados ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas;
(b) Com a implementação da Resolução CMN 4.966/21, as comissões por intermediação de CDB diferida, passaram a compor o grupo de Depósitos a prazo. (Nota 14).

11. Investimentos

Investimento	Quantidade ações	Saldo participação em 30/06/2025
Participação em coligada	1.149	1.039
Outros investimentos	16	779
Total	1.165	1.818

a) Investimentos em coligada:

						30/06/2025
	Quantidade de quotas ou ações possuídas	% de participação	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Ágio	Resultado da equivalência patrimonial (a)
Pag Dividido Tecnologia S.A.	1.149	20%	1.240	248	793	(2)

(a) Banco recebeu dividendos sobre ações da Nuclea no total de R$39 (nota 12).
(b) Em 25 de fevereiro de 2.022 o Banco adquiriu participação de 20% do capital social da startup Pag Dividido integralizando o valor de R$1.000 do capital da investida.

i) Movimentação dos investimentos – coligadas:

	Saldo em 31/12/2024	Resultado da equivalência patrimonial no período	Custo de aquisição	Ágio	Saldo em 30/06/2025
Investimento em coligada	248	-	-	-	248
Ágio baseado em expectativa rentabilidade futura	793	-	-	-	793
	1.041	-	-	-	1.041

b) Outros investimentos:

Empresa	Saldo em 31/12/2024	Quantidade de ações possuídas	% de participação	Aquisição de participações	Baixa	Saldo em 30/06/2025
CIP S/A	779	16	-	-	-	779

12. Imobilizado

	Custo	Aquisição	Depreciação	Baixas	30/06/2025 Residual
Imobilizado de uso					
Mobiliário	81	-	(6)	-	75
Veículo	165	-	(16)	-	149
Equipamento de processamento de dados	176	-	(78)	-	98
Equipamento de comunicação e segurança	4	-	-	-	4
Outros equipamentos	20	-	(11)	-	9
	446	-	(111)	-	335

13. Intangível

	Custo	Aquisição	Baixa	Amortização	30/06/2025 Residual
Sistemas de processamentos de dados	177	-	-	(44)	133

14. Depósitos

	30/06/2025				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	32.174	-	-	-	32.174
Depósitos a prazo (i)	-	93.239	335.202	434.998	863.439
Total	32.174	93.239	335.202	434.998	895.613

Circulante	460.615
Não circulante	434.998

(i) Em 2025, os dois maiores clientes, representam 48,97% e 28,70% do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermediam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no banco para seus clientes, que, substancialmente, estão concentrados em pessoas físicas.

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 48,57% da carteira por vencimentos acima de 360 dias, cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas, conforme classificação acima.

Despesas com operações de captações no mercado:

	30/06/2025
Despesas de depósitos a prazo	(64.620)
Despesas de comissão pela captação	(1.498)
Despesas de operações compromissadas	(50)
Despesas de letras de créditos imobiliários	(341)
Despesas de letras de financeiras	(297)
Despesas de contribuição ao FGC	(1.313)
Despesas de captação	(68.119)

15. Recursos de aceites e emissão de títulos

	30/06/2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras de crédito imobiliário	2.315	3.483	526	6.324
Total	2.315	3.483	526	6.324

Circulante	5.798
Não circulante	526

16. Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

	30/06/2025			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras financeiras subordinadas	-	-	4.073	4.073
Total	-	-	4.073	4.073

Não circulante	4.073

Captações realizadas por meio da emissão de Letras Financeiras com cláusula de subordinação, com vencimento, conforme as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/21, integralmente aprovadas pelo BACEN para compor o Capital Complementar e o Nível II do Patrimônio de Referência do Banco.

17. Outros passivos financeiros

	30/06/2025
Cobrança e arrecadação de tributos	574
Carteira de câmbio (a)	692
Obrigações sociais e estatutárias	51
Contribuições fiscais e previdenciárias	1.382
Impostos e contribuições a recolher	1.040
Provisão para impostos e contribuição diferidos	342
Obrigações por devolução de tarifas (b)	3.554
Provisão despesas administrativas	9.914
Provisões p/ despesas.de pessoal	1.875
Provisões p/prestadores de serviços	674
Comissão Equalização produto CDC-E	7.365
Provisão para garantias prestadas (c)	43
Credores diversos - País	18.239
Recebimentos de créditos cedidos a repassar	511
Contribuição ao FGC	297
Contratos opers de créditos s liberar	252
Serviços de Correspondentes	1.069
Fornecedores diversos	868
Pendências a Regularizar - Crédito Imobiliário	798
Créditos a baixar de opers de créditos	951
Ágio a apropriar opers crédito a receber	13.211
Receitas antecipadas	2
Valores a pagar a BM&F	151
Outros credores diversos	129
Total	34.448
Circulante	26.651
Não circulante	7.797

(a) Obrigação a liquidar de câmbio a liquidar de câmbio vendido de R$692;

(b) Parcelas ou obrigações relativas a operações de crédito cobradas indevidamente, não devolvidas ou sujeitas à devolução em decorrência de formalização de compromissos, normatizado pelo Banco Central do Brasil por meio Resolução nº 98 de 6 junho de 2021 e Instrução normativa nº 123 de 8 de julho de 2021. Dos créditos a devolver aos clientes, do montante de R$5.004) , o valor de R$4.842 serão ressarcidos pelos lojistas, estando registrados na nota explicativa nº 17;

(c) O Banco avaliou a carteira de garantias e avais prestadas, que no período monta R$2.560, e constituiu a provisão para perdas no montante de R$ 43, conforme mencionado na Resolução CMN nº 4.966/21.

18. Provisões

As provisões para contingências estão divididas entre provisões para riscos cíveis, trabalhistas, provisões fiscais e previdenciárias, conforme demonstradas no quadro abaixo:

	30/06/2025
Provisão para riscos trabalhistas (a)	4.242
Provisão para riscos cíveis (a)	887
Provisão fiscais e previdenciárias (b)	22.341
Total	27.470

(a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Compõem a rubrica "Provisão para passivos contingentes" o provisionamento para contingências judiciais, trabalhistas e cíveis, em que o Banco entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos, trabalhista e cíveis. As movimentações das provisões para contingências cíveis e trabalhistas estão assim demonstradas:

	Depósitos Judiciais			Provisão para Contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31/12/2024	1.150	894	2.044	3.807	1.280	5.087
Adições	4	-	4	435	88	523
Baixas	(119)	-	(119)	-	(481)	(481)
Saldo em 30/06/2025	1.035	894	1.929	4.242	887	5.129

(b) Provisões fiscais e previdenciárias:

	30/06/2025
Provisão para PIS (i)	18.763
Provisão para imposto de renda (ii)	1.626
Provisão para contribuição social (ii)	1.952
	22.341

(i) O provisionamento está representado, substancialmente, pela contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), nos moldes da Lei nº 9.718/1998, objeto do Mandado de Segurança - Processo nº 2006.38.00.012373-8, pleiteando o reconhecimento quanto à inconstitucionalidade e à ilegalidade do alargamento da base de cálculo do PIS, integralmente depositado judicialmente, cujo montante atualizado, no período, equivale a R$18.755), conforme demonstrado pela Nota Explicativa nº 8 – Outros ativos financeiros.

(ii) A principal provisão, tanto para Imposto de Renda, quanto para Contribuição Social, nos valores de R$1.626 e R$1.952, respectivamente, são referentes ao Processo de Impugnação dos Autos de Infração nº 15501.726886/2012-63 (MPF nº 0610100.2010.02054) em decorrência de a Receita Federal não ter admitido a dedutibilidade das despesas com pagamentos realizados a um correspondente (empresa ligada). O restante dos valores, tanto para imposto de renda, quanto para Contribuição Social refere-se ao processo: 1997.38.0001129219 - IRPJ exercício/97, ano-base/96 - Majoração de alíquota.

No semestre, ocorreram adições em depósitos judiciais no valor de R$ 643 , e nas contas de provisões adição no valor de R$ 556.

Passivos contingentes fiscais, trabalhistas e cíveis classificados como risco de perda possível

São processos judiciais e administrativos de naturezas fiscal, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados. Ainda, a título de informação, no período, as contingências avaliadas, de naturezas trabalhista, fiscais e cível, como perda possível, para as quais não há provisão, totalizam R$2.442.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é de R$113.068, representado por 138.364 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva legal

A reserva de lucros é representada pela reserva legal, que é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Por proposta da Administração, foram destinados R$182 para reserva legal, não houve provisão para juros sobre capital próprio.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme disposição estatutária, 25% do lucro líquido, ajustados pela diminuição ou pelos acréscimos dos valores especificados nos itens I, II e III do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976, serão destinados ao pagamento mínimo obrigatório aos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, ouvido o

Conselho Fiscal, se instalado, e será compensado por dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio que já tenham sido declarados.

d. Reserva de retenção de lucros

No período, a Administração do Banco optou por reclassificar o saldo remanescente do lucro, no valor de R$ 492, para a reserva de retenção de lucros.

20. Rendas de prestação de serviços

	30/06/2025
Rendas de comissão de agenciamento de seguros	556
Rendas de garantias prestadas	7
Outras receitas de prestação de serviços	5
Receitas de prestação de serviços	568
Receitas de confecção e renovação de cadastro - PF	5
Receitas de confecção de cadastro - PJ	1.016
Outras tarifas	64
Rendas de tarifas bancárias	1.085

21. Despesas de pessoal

	30/06/2025
Proventos	(4.729)
Encargos sociais	(1.446)
Benefícios	(1.320)
Despesas de pessoal:	(7.495)

22. Outras despesas de administrativas

	30/06/2025
Despesas de outros serviços de terceiros	(4.696)
Despesas de processamento de dados	(12.321)
Despesas de localização e funcionamento	(903)
Despesas de serviços técnicos especializados	(3.072)
Despesas de marketing	(32)
Despesas de emolumentos judiciais	(732)
Despesas de serviços do SFN	(693)
Despesas de indenizações judiciais	(915)
Despesas com amortização	(44)
Despesas com depreciação	(111)
Demais despesas administrativas	(829)
Outras despesas administrativas	(24.348)

23. Despesas tributárias

	30/06/2025
COFINS	(2.828)
PIS	(460)
ISSQN	(175)
ITBI/IPTU	(102)
Outros tributos	(191)
Despesas tributárias	(3.756)

24. Outras receitas operacionais

	30/06/2025
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	450
Reversão de provisão para contingências - Ações cíveis	481
Taxa de permanência no recebimento de créditos	492
Multas no recebimento de créditos em atraso	49
Recuperação de encargos e despesas	228
Variações monetárias ativas	752
Rendas de operação aquisição de recebíveis	74
Outras rendas operacionais	469
Outras receitas operacionais	2.995

25. Outras despesas operacionais

	30/06/2025
Despesa com acordos imobiliários	(170)
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	(539)
Variação monetária passiva	(570)
Desp. atualizações impostos e contribuições	(80)
Provisões para pagamentos a efetuar	(216)
Provisão para contingências - Trabalhistas	(13)
Provisão para contingências - Ações cíveis	(510)
Outras despesas operacionais	(6)
Outras despesas operacionais	(2.105)

26. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

	30/06/2025	
	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contrib. social	6.553	6.553
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões com operações de créditos de liquidação duvidosa	(6.497)	(6.497)
Provisões p/contingências trabalhistas, ações cíveis e fiscais	258	258
Demais provisões	(252)	(252)
Despesas indedutíveis	(62)	(62)
	-	-
Compensação	-	-
Base de cálculo tributável	-	-

27. Transações com partes relacionadas

a. Sumário das transações:

	30/06/2025					
	Títulos e Créditos a Receber	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Instrumento de dívida elegíveis a capital	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	3	151	42	677	(1.415)
Outras partes relacionadas (i)	2.503	1.553	22.666	1.348	3.083	(6.672)
Total	2.503	1.556	22.817	1.390	3.760	(8.087)

(i) As principais despesas referem-se a serviço de cobrança e apoio administrativo, as quais foram equivalentes a R$6.672.

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazo têm taxa máxima de 140% do CDI e prazo máximo de vencimento em 04 de junho de 2030.

Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R$2.877 (R$4.765 em 2024) com provisão no total de R$374, referem-se ao saldo em 30 de junho de 2025 da carteira de recebíveis de créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - nota explicativa nº 7;
- Depósitos à vista representados por R$754, de pessoa física e R$802 por empresas ligadas;
- Depósitos a prazo compostos de R$16.884 de pessoas físicas e R$5.933 por empresas ligadas;
- Letras de créditos imobiliários compostas de R$1.390;
- Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Letras Financeiras subordinadas composto de R$2.146 de pessoas físicas e R$ 1.614 de empresas ligadas.

O Banco não possui benefícios de longo prazo, de pós-emprego e de contrato de trabalho para o seu pessoal-chave da Administração.

28. Resultado não recorrentes

A Administração entende que toda transação que gere receitas e despesas oriundas de suas atividades operacionais e não operacionais e que são recorrentes no seu dia a dia, bem como, as despesas essenciais para o funcionamento da organização são resultado recorrentes.

Resultados não recorrentes, no entendimento da Administração, são aqueles atípicos, que fazendo ou não fazendo parte da operação não são comuns nas atividades da organização. O efeito dos resultados não recorrentes, em 30 de junho 2025, é como segue:

	30/06/2025
Resultado dos períodos	3.632
Reembolso de tarifas	(1)
Resultado Recorrente	(1)

29. Gestão de risco e capital

O Banco tem enfatizado ao longo dos últimos anos a importância do gerenciamento de riscos e de capital na condução de seus negócios, o que tem contribuído significativamente para a sua solidez no mercado financeiro e o aprimoramento das relações com acionistas e demais partes interessadas.

A integração da gestão de riscos ao planejamento proporciona uma visão abrangente dos desafios e oportunidades, favorecendo o crescimento sustentável e a resiliência frente às oscilações do ambiente financeiro.

a. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas associadas ao descumprimento de obrigações financeiras por clientes, contrapartes ou emissores de títulos, bem como à deterioração da qualidade de ativos financeiros.

Para mitigar esse risco, o Banco adota uma abordagem estruturada baseada em políticas prudenciais de concessão, análise de crédito, avaliação criteriosa de garantias, monitoramento contínuo da carteira e estabelecimento de limites de exposição. Modelos quantitativos e qualitativos são utilizados para mensurar o risco, prever deteriorações e antecipar medidas corretivas.

A Instituição adota uma postura conservadora na originação de crédito, visando à preservação da qualidade da carteira e à sustentabilidade dos negócios.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Instituição não conseguir honrar seus compromissos financeiros nas datas pactuadas, em função de desequilíbrios entre fluxos de caixa, dificuldades de captação ou condições adversas de mercado.

O Banco realiza monitoramento sistemático dos fluxos de caixa e projeções de liquidez em diferentes horizontes temporais. Adicionalmente, são conduzidos testes de estresse com cenários adversos, visando à identificação precoce de fragilidades e à adoção de planos de contingência.

A estrutura de governança de liquidez contempla políticas específicas, limites internos, mecanismos de mitigação e planos de ação que asseguram a resiliência financeira da Instituição.

c. Risco de mercado

O risco de mercado está associado a perdas potenciais decorrentes de oscilações nos preços de ativos financeiros, taxas de juros, câmbio ou outros fatores de mercado que afetem posições mantidas pela Institui.

Esse risco é gerenciado por meio de políticas específicas, com definição de limites prudenciais, monitoramento contínuo das exposições e aplicação de testes de estresse que simulam cenários de crise.
A gestão inclui o acompanhamento de variáveis como volatilidade de taxas de juros, flutuações cambiais e alterações em índices financeiros, permitindo a adoção de estratégias de hedge e a realocação de posições conforme necessário. Essa abordagem dinâmica possibilita respostas ágeis às mudanças nas condições de mercado e proteção do patrimônio da Instituição.

d. Risco operacional

O risco operacional refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações em processos internos, sistemas, infraestrutura, pessoas ou de eventos externos.

Abordagem qualitativa

A gestão desse risco contempla diretrizes estratégicas, normas internas, controles e ferramentas de monitoramento, incluindo a realização de auditorias, gestão de incidentes e planos de mitigação. A cultura organizacional é voltada à segurança operacional, com estímulo à participação ativa de todos os colaboradores na identificação, avaliação e mitigação de riscos.

Abordagem quantitativa

A Instituição realiza o registro e análise das perdas decorrentes de eventos operacionais, avaliando sua reincidência e impacto financeiro. Esses dados subsidiam decisões estratégicas, fortalecimento dos controles internos e ações preventivas que minimizem impactos financeiros e reputacionais.

e. Risco social, ambiental e climático

O risco social, ambiental e climático refere-se a potenciais impactos negativos das atividades econômicas na sociedade e no meio ambiente, que podem afetar a sustentabilidade e a reputação da Instituição.

A gestão desses riscos é pautada nos princípios de relevância e proporcionalidade, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.327/14 e a Resolução CMN nº 151/21, considerando a natureza das operações e o perfil de atuação da Instituição.

O Banco dispõe de uma estrutura de governança integrada, voltada para a identificação, avaliação e mitigação desses riscos, promovendo o cumprimento regulatório e incentivando práticas sustentáveis junto a clientes e parceiros. As ações incluem o monitoramento de indicadores sociais, ambientais e climáticos, bem como a implementação de estratégias de adaptação e mitigação.

f. Gerenciamento de capital e limites operacionais

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o gerenciamento de capital é definido como um processo contínuo e prospectivo de avaliação da adequação do capital da Instituição frente aos riscos assumidos e à estratégia de negócios.

Esse processo envolve o monitoramento sistemático do capital mantido, a projeção de necessidades futuras e a definição de metas consistentes com os objetivos estratégicos do Banco. Todas as áreas envolvidas contribuem para o gerenciamento de capital, assegurando a conformidade com normas internas, controles eficazes e planos de ação corretivos.

Os principais objetivos do gerenciamento de capital são:

- Assegurar a solvência, a liquidez e a rentabilidade adequada;
- Implantar processos que permitam identificar, mensurar e avaliar os riscos relevantes;
- Manter capital compatível com os requisitos regulatórios vigentes;

- Alinhar a gestão de capital às melhores práticas nacionais e internacionais;
- Avaliar o comprometimento do capital frente aos produtos e operações ofertados;
- Monitorar os impactos financeiros potenciais e efetivos;
- Estabelecer limites de exposição compatíveis com o apetite de risco.

Detalhamento das Margens de Requerimento Relativamente ao RWA

	30/06/2025
Patrimônio de Referência (PR)	113.628
Patrimônio de Referência Nível I	111.171
Capital Principal – CP	111.171
Ativos Ponderados por Risco – RWA	854.260
RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada – RWACPAD	774.075
RWA para Risco de Mercado – RWAMPAD	1.065
RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada – RWAOPAD	79.120
Requerimento Mínimo de Capital	
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	38.442
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA	51.256
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	68.341
Margem sobre os Requerimentos de Capital	
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	72.729
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	59.915
Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido	45.288
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	13,01%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,01%
Índice de Basileia (PR/RWA)	13,30%

g. Análise de sensibilidade

g.1. Cenários de inadimplência e custo de captação

Com o intuito de se avaliar o quão sensível são os principais indicadores de solidez do Banco (Liquidez, Patrimônio Líquido e Índice de Basileia) foi realizada uma análise de sensibilidade levando em consideração três variáveis bem importantes para a realidade do Banco: a inadimplência da carteira de pessoa física; a inadimplência da carteira de pessoa jurídica; o custo de captação de recursos no mercado.

Levando em consideração as três variáveis acima, foram elaborados três cenários baseados no orçamento original.

Os cenários desenhados foram os seguintes:

Descrição cenários:

- Cenário 1: incremento da inadimplência de PF em 20% e de PJ em 15% e Custo Captação em 10%;
- Cenário 2: incremento da inadimplência de PF em 35% e de PJ em 30% e Custo Captação em 20%;
- Cenário 3: incremento da inadimplência de PF em 50% e de PJ em 45% e Custo Captação em 30%.

Com base nesses cenários, os principais resultados esperados para o fechamento do semestre de 2025 são os seguintes:

Indicador	Orçamento	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Caixa médio	123.539	122.949	122.434	122.222
Resultado	(10.641)	10.303	10.035	(9.828)
PL	115.307	114.969	114.701	114.494
Basileia	11,55%	11,51%	11,48%	11,46%

g.2. Sensibilidade de risco de mercado

O Banco Semear acompanha o risco de taxas de juros para sua carteira, com utilização de cenários com aplicação de choque nos fatores de risco que possam causar impactos em sua carteira. Tal procedimento permite realizar inferências sobre o risco das posições quando comparados aos patamares atuais dos preços de mercado e seu comportamento histórico.

h. Gerenciamento de continuidade de negocio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) tem como objetivo assegurar a resiliência operacional da Instituição diante de eventos que possam causar interrupções significativas em seus processos críticos. Para isso, são desenvolvidos e mantidos Planos de Continuidade de Negócios (PCN), os quais definem procedimentos, responsabilidades e prazos estimados para a resposta a crises, recuperação de serviços e retomada das atividades essenciais.

Esses planos abrangem desde medidas preventivas até estratégias de comunicação e de mitigação de impactos, com foco na proteção das pessoas, da integridade física e lógica dos ativos, da reputação institucional e do cumprimento dos compromissos assumidos com clientes, parceiros, reguladores e demais partes interessadas.

O Banco realiza o monitoramento contínuo de seus ambientes corporativos — incluindo unidades de negócio e serviços de tecnologia da informação — com o intuito de identificar vulnerabilidades e definir estratégias que garantam respostas rápidas e eficazes a situações adversas.

A estrutura de GCN está alinhada às melhores práticas de mercado e contribui para a preservação da confiança do mercado e da sociedade, promovendo a continuidade dos serviços em um ambiente regulatório, econômico e tecnológico em constante transformação.

30. Outras informações

a) Ouvidoria

Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouvidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 4860/2020. Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

Conselho de Administração

Roberto Willians Silva Azevedo Presidente

Márcio José Siqueira de Azevedo Vice-Presidente

Lilian Lucia Leão de Azevedo Pessoa Conselheira

Ilvio Braz de Azevedo Conselheiro

Diretoria

Roberto Willians Silva Azevedo Presidente

Arthur Soares Campos Diretor

Bruna Luisa Capellini Vilela Diretora

Ricardo de Souza Mendes Diretor

Contadora responsável

Maria Aparecida F. de Souza Costa
CRC-MG: 48852/O-2